

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 149

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 03 DE DEZEMBRO DE 2002

ANO XXVIII

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PDT

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSDB

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

*Líder do Governo ..... Durval Amaral*  
*Líder da Oposição ..... Waldyr Pugliesi*  
*PTB ..... Carlos Simões*  
*PFL ..... Plauto Miró Guimarães*  
*PSDB ..... Ademar Luiz Traiano*  
*PMDB ..... Nereu Moura*  
*PPB ..... Tony Garcia*  
*PT ..... Luciana Rafagnin*  
*PDT ..... Luiz Carlos Zuk*  
*PSL ..... Luiz Carlos Martins*  
*PL ..... Pastor Edson Praczyk*  
*PPS ..... Marcos Isfer*

## Representação Partidária

*PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Antonio Baratter - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.*

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 099ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
03 DE DEZEMBRO DE 2002**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Nelson Tureck e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSC: Fernando Guimarães; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Antonio Baratter, Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PPS: Cezar Silvestri e Marcos Isfer (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 2608**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no dis-

posto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 03.12.2002.

(a) NELSON GARCIA

**REQUERIMENTO Nº 2606**

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo na Rua Alferes Poli, trecho compreendido a partir da Rua Professora Leônidas Ferreira da Costa até o Conjunto Residencial Bamerindus - Ferroviária - Parolin. Nesse trecho ocorrem assaltos nas residências e nas ruas com muita frequência. Os moradores estão apavorados com a falta de segurança e ao necessitaram chamar socorro policial, quando o mesmo chega ao local da ocorrência, os ladrões já se evadiram, não sendo retidos. Face a gravidade da situação, os moradores pedem urgência no atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 03.12.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

**REQUERIMENTO Nº 2607**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento do senhor Riad Salamuni, ocorrido no dia 30 de novembro de 2002, na cidade de Curitiba.

Requer ainda que do presente se dê ciência à sua esposa senhora Hôda Salamuni, e aos filhos Paulo Salamuni, Eduardo Salamuni, Rogério Salamuni e Maria Beatriz Salamuni Gonzaga de Oliveira, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Brasília Itiberê, 384 - CEP 80210-060 - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, 03.12.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

**REQUERIMENTO Nº 2595**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Paulo Frontin pela passagem, no próximo dia 14 de dezembro, de seus 50 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Atílio Pianaro Angelo, prefeito municipal, ao vice-prefeito, Senhor Beco Briginski, bem como a todos os senhores vereadores para que em nome

do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem a laboriosa população de Paulo Frontin.

Sala das Sessões, 03.12.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Na ocasião do transcurso do 50º aniversário do município de Paulo Frontin, prestamos nossa homenagem de gratidão e reconhecimento aos administradores de todos os tempos sempre preocupados com o bem estar do povo.

A história de Paulo Frontin é de trabalho e luta, sempre renovada pela fibra de seu povo, com a colaboração de seus administradores.

Praticar a política, a sã política, é abraçar o sacrifício. Para tanto, são requeridas daquele que a ela se entrega qualidades incomuns de coragem e abnegação aliados a uma inteligência esclarecida e conhecimento profundo dos problemas sociais e administrativos do município, como aconteceu com Paulo Frontin, para felicidade do seu povo.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, formula votos de muita prosperidade para o município de Paulo Frontin e que continue produzindo os frutos almejados para galarão de seus administradores e felicidade de toda a população.

#### REQUERIMENTO Nº 2596

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Bituruna pela passagem, no próximo dia 14 de dezembro/2002, de seus 47 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Remi Ranssolin, prefeito municipal, ao vice-prefeito, Senhor Euvaldo Lunardelli, bem como a todos os senhores vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem a laboriosa população de Bituruna.

Sala das Sessões, 03.12.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com muito orgulho que a população de Bituruna irá comemorar festivamente, no próximo dia 14 de dezembro de 2002, seus 47 anos de emancipação política. Assim sendo, elevamos nosso pensamento a Deus para que abençoe seus administradores e toda a população que tem colaborado sempre para o desenvolvimento cada vez maior do município.

Cumprimentamos efusivamente toda a comunidade, principalmente aqueles que, como nós, acreditam que é através de um trabalho incessante que se obtém a segurança para um futuro melhor.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, cumpre o dever de associar-se

às homenagens que serão prestadas ao município de Bituruna na data tão significativa do aniversário de sua emancipação política.

#### REQUERIMENTO Nº 2598

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam enviados votos de congratulações a comunidade do município de Terra Boa, pelas comemorações alusivas aos 47 anos de emancipação político-administrativa do município, em 11 de dezembro do corrente ano.

Requer, ainda, que da aprovação deste, seja dada ciência a Prefeitura Municipal de Terra Boa (Rua Tancredo de Almeida Neves, 240 - CEP - 87240-000 - Terra Boa-PR) e a Câmara Municipal de Vereadores (Rua Tancredo de Almeida Neves, 240 - CEP 87240-000 - Terra Boa-PR).

Sala das Sessões, 03.12.2002.

(a) NELSON TURECK

#### REQUERIMENTO Nº 2599

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam enviados votos de congratulações a comunidade do município de Boa Esperança, pelas comemorações alusivas aos 38 anos de emancipação político-administrativa do município, em 14 de dezembro do corrente ano.

Requer, ainda, que da aprovação deste, seja dada ciência a Prefeitura Municipal de Boa Esperança (Av. Amazonas, 22 - CEP - 87390-000 - Boa Esperança-PR) e a Câmara Municipal de Vereadores (Av. Brasil, 340 - CEP 87390-000 - Boa Esperança-PR).

Sala das Sessões, 03.12.2002.

(a) NELSON TURECK

#### REQUERIMENTO Nº 2600

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam enviados votos de congratulações a comunidade do município de Peabiru, pelas comemorações alusivas aos 41 anos de emancipação político-administrativa do município, em 14 de dezembro do corrente ano.

Requer, ainda, que da aprovação deste, seja dada ciência a Prefeitura Municipal de Peabiru (Praça Eleutério G. de Andrade, 21 - CEP - 87250-000 - Peabiru-PR) e a Câmara Municipal de Vereadores (Rua Juvenal Portela, s/n - Anexo 01 - CEP 87250-000 - Peabiru-PR).

Sala das Sessões, 03.12.2002.

(a) NELSON TURECK

#### REQUERIMENTO Nº 2601

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam enviados votos de con-

gratulações a comunidade do município de Quinta do Sol, pelas comemorações alusivas aos 39 anos de emancipação político-administrativa do município, em 14 de dezembro do corrente ano.

Requer, ainda, que da aprovação deste, seja dada ciência a Prefeitura Municipal de Quinta do Sol (Praça 14 de Dezembro, 259 - CEP - 87265-000 - Quinta do Sol-PR) e a Câmara Municipal de Vereadores (Rua Estrela Dalva, s/nº - CEP 87265-000 - Quinta do Sol-PR).

Sala das Sessões, 03.12.2002.

(a) NELSON TURECK

#### REQUERIMENTO Nº 2603

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam enviados votos de congratulações a comunidade do município de Juranda, pelas comemorações alusivas aos 21 anos de emancipação político-administrativa do município, em 16 de dezembro do corrente ano.

Requer, ainda, que da aprovação deste, seja dada ciência a Prefeitura Municipal de Juranda (Praça Henrique Szaferman, 139 - CEP - 87335-000 - Juranda-PR) e a Câmara Municipal de Vereadores (Rua Poti, s/nº - CEP 87335-000 - Juranda-PR).

Sala das Sessões, 03.12.2002.

(a) NELSON TURECK

#### REQUERIMENTO Nº 2597

Senhor Presidente:

O deputado estadual que firma o presente requerimento, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após a anuência do plenário, seja registrado nos anais da Sessão de hoje dessa Casa, votos de louvor à diretoria e funcionários da Fundepar pelo trabalho que estão desenvolvendo junto aquele Órgão de apoio à Educação do Estado.

Do aprovado, solicita que seja encaminhada cópia à senhora Oldenburg Basgal, diretora-presidente da Fundepar, à Rua dos Funcionários, 1323 - 80035-050 - Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, 03.12.2002.

(a) ELIO RUSCH

#### REQUERIMENTO Nº 2605

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão Legislativa, votos de louvor, congratulações e muito aplauso pela inauguração da Casa de Teatro Edson D'Ávila, ocorrida em 08 de novembro próximo passado. Trata-se de um espaço cultural de grande relevância para o panorama teatral paranaense. tem como proposta primordial a criação de um Núcleo de Pesquisa cênica permanente, o qual, com certeza, contribuirá com diversos grupos teatrais, na busca de novos e promissores

caminhos que norteiam o Teatro. Muito nos honra e orgulha sabermos que há pessoas interessadas em consolidar as artes cênicas de nosso estado e que merecem nossa consideração, respeito e agradecimentos. Nossos cumprimentos e desejos de sucesso são traduzidos neste Voto de Louvor, o qual pedimos registro nos anais desta Colenda Casa de Leis, extensivos aos demais pares.

Sala das Sessões, 03.12.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 752/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Centro de Tradições Gaúchas Chaleira Preta, com sede e foro no município de Guarapuava.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.12.2002.

(a) CEZAR SILVESTRI

#### JUSTIFICATIVA:

O Centro de Tradições Gaúchas Chaleira Preta de Guarapuava tem por finalidade estudar a Tradição Brasileira, principalmente o Regionalismo Gaúcho e Paranaense sob todos os aspectos, bem como promover o intercâmbio cultural através de eventos ligados ao tradicionalismo gaúcho e paranaense com o intuito de divulgar e cultivar as boas tradições.

Tem por finalidade ainda, promover sempre que for possível, a assistência social e beneficente.

Por essas e outras razões que só enaltecem o papel do Centro de Tradições Gaúchas Chaleira Preta de Guarapuava, esperamos o apoio dos nobres deputados para a aprovação da matéria.

#### PROJETO DE LEI Nº 753/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica denominado como professor Riad Salamuni o Parque Estadual de Vila Velha-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.12.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### JUSTIFICATIVA:

O professor Riad Salamuni foi o primeiro reitor eleito da Universidade Federal do Paraná (1985), Pós-doutor em Geologia, pesquisador e professor de UFPR durante 40 anos, caracterizando um novo modelo de ges-

tão universitária, apoiado em amplas bases democráticas, viabilizando a formação do profissional de nível superior com elevados princípios de cidadania.

Antes de ocupar o cargo de reitor, esteve na presidência da Mineropar durante o governo José Richa.

Salamuni também foi um dos primeiros ambientalistas do Paraná, sendo autor de centenas de artigos e obras literárias com reconhecimento no exterior. Algumas das citadas obras foram expostas na Biblioteca de Estocolmo, na Suécia.

O professor Riad Salamuni, foi sem dúvida alguma um dos maiores baluartes das ciências paranaenses, deixando-nos muitos exemplos de perseverança, caráter e nobreza.

#### PROJETO DE LEI Nº 754/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica denominada de governador Antonio Annibelli, a Ponte de Concreto sobre o Rio Ivaí na PR-576, ligando Santa Mônica com o município de Tapira (Rodovia (Tildo Mazzarino)).

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.12.2002.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

Com a iniciativa deste projeto de lei, pretendemos homenagear um homem que escreveu muito da história do Paraná.

Dr. Antonio Annibelli, ex-prefeito, ex-deputado estadual, ex-deputado federal e ex-governador, deixou uma história muito interessante no Estado do Paraná. Por 50 anos ele e seu filho Antonio Martins Anibelli, são detentores de mandatos desde 1946 até agora, com mandatos sucessivos sem interrupção. É uma história, aqui no Paraná, como não há outra. E entendemos que dificilmente haja no Brasil.

O doutor Antonio Annibelli, era filho de Alberto Annibelli e de dona Francisca Annibelli, tendo nascido em São Paulo dia 14 de outubro de 1911. Com seis meses de idade, mudou-se com a família para o Rio Grande do Sul, na cidade de Santa Maria da Boca do Monte, onde fez o curso primário e o ginásio até o 4º ano, havendo concluído no Ginásio Paranaense, (hoje Colégio Estadual do Paraná em 1931).

A 19 de dezembro de 1931, recebeu o grau de Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Paraná.

Dedicando-se ao Ministério Público, iniciou sua carreira como adjunto do Promotor Público de Ipiranga, passando a seguir a Clevelândia, na mesma incumbência. Foi Promotor Público Federal concursado, tendo sido nomeado pelo Saudoso Presidente Getúlio Vargas, como Promotor do recém criado Território Federal de Iguaçu.

Em 1944 foi prefeito municipal de Clevelândia.

Deputado estadual nas legislaturas - 1951 a 1955, 1955 a 1959 e 1959 a 1962, exercendo por duas vezes a Presidência da Assembléia Legislativa.

De 03 de abril a 1º de maio de 1955 exerceu interinamente o governo do Estado em substituição ao governador Bento Munhoz da Rocha Neto.

Foi deputado federal de 1963 a 1967, 1967 a 1971 e 1971 a 1975.

A intenção do presente projeto de lei é de prestar uma singela homenagem ao bravo homem público, considerando o desbravador do sudoeste, doutor Antonio Annibelli, um dos políticos mais destacados. Participante ativo em todos os momentos decisivos para a comunidade paranaense.

Faleceu em Curitiba dia 15 de agosto de 1997.

Deixou 01 filho, o atual deputado Antonio Martins Anibelli e mais duas filhas Marilena e Marize, 10 netos e 02 bisnetos.

O doutor Antonio Annibelli, pelas suas qualidades de inteligência de espírito e de caráter, soube sempre convencer seus pares, na legitimidade e na honradez de suas intenções, no determinar na prefeitura de Clevelândia, no governo do Estado ou discutir na Assembléia Legislativa ou na Câmara Federal, as necessidades do povo paranaense. Nunca fugiu ao mandato que lhe foi outorgado pelo povo, ante, o notabilizou, pela serenidade e patriotismo de suas atitudes. Não usou dos cargos públicos como pedestal para a estátua da vaidade, antes dela serviu-se para combater o bom combate pela justiça e pela democracia. Considerou a função pública como um posto de lutas e sacrifícios e não como uma sinecura para lisojeir vaidades ou para defender interesses pessoais.

A morte no seu perambular incessante não respeita nem fortes nem fracos. Por isso, caiu mais um lutador, caiu o doutor Antonio Annibelli, quando ainda no aceso da luta. Levou consigo, entretanto, a certeza de haver lutado com denodo e com altivez, o combate da honra e do dever.

É esse campeoníssimo homem público que sempre subiu e alcançou seus mandatos através do voto livre do povo paranaense, que pretendemos homenagear com a modesta designação de seu nome a Ponte de Concreto sobre o Rio Ivaí na PR-576, ligando Santa Mônica com o município de Tapira (Rodovia (Tildo Mazzarino)).

Certamente outras homenagens virão, muitas mais, pela gratidão das gerações futuras que jamais se esquecerão.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente.

Passamos ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao senhor deputado Neivo Beraldin.

#### O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, senhores deputados.

Ocupo a tribuna de hoje para tecer alguns comentários em relação aos Projetos nºs 618 e 628, projetos em análise, de autoria do deputado Hermas Brandão e do Poder Executivo.

**(Lê súmula dos projetos)**

Senhores deputados. na verdade, me reporto à Lei nº 12.201, que autoriza o Poder Executivo a saldar seus débitos, em 4 bilhões e cem milhões de Reais.

Artigo 2º da Lei nº 12.201: “Fica o Poder Executivo autorizado a contratar financiamento até o valor de 3 bilhões e 750 milhões, valor de 98”. Depois no inciso 2º: o valor que trata o *caput* deste artigo será reajustado em 31 de março de 1998”.

“Artigo 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a oferecer caução ou garantia junto ao órgão governamental ações que detém da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - Copel, até o limite de 450 milhões de reais”.

Talvez essas ações da Copel, comprometidas junto ao Banco Central, e o Governo do Paraná, não cumprindo o compromisso contratual, Contrato nº 011/98, contrato que entre si celebram a União e o Estado do Paraná com interferência do Banco do Estado do Paraná - Banestado e o Banco do Brasil S/A - nos termos disposto na Lei nº 9496 de 11 de setembro de 1997. A União foi representada pelos meus designados. O Estado, nesse contrato de assunção, teve assinatura do senhor governador Jaime Lerner, em 24 de abril de 1998. Evidentemente, há inúmeros detalhes, há riqueza de detalhes nesse processo. Porém, tendo em vista a rapidez com que o assunto está sendo tratado, me traz alguma dificuldade para revelar maiores detalhes. No entanto, é preciso dizer que o Estado, quando vendeu o Banestado, vendeu os “a receber” e pegou aqueles que lhe interessavam e deixou para o Estado receber. São os abençoados que têm o Estado como cobrador. E poderão ser os abençoados aqueles que têm os precatórios e que poderão eventualmente ter sido vendidos com deságios. essa é uma maneira de socializar a dívida entre os mortais. É uma maneira de fazer com que a insegurança aumente a cada dia, a falta de estrutura básica. Evidentemente há de ser mais um acordo dos porões da República ou dos porões do Palácio Iguaçu. Agora, o estado não cumprindo com esse contrato que firmou, evidentemente o governo federal vai deixar de repassar recursos ao Estado. Não sei quem vai pegar esse “mico”, mas sé um “mico”, e alguém vai se abraçar a ele!

Não posso dizer, senhor presidente, que seja um projeto de lei que não interesse ao Estado, até porque eu disse no início das minhas palavras que não havia tido tempo de fazer uma análise mais aprofundada, mas para cumprir a minha função de legislador e representante do povo, ocupo a tribuna para trazer ao conhecimento da casa que já aprovamos a dívida que o Estado está pagando, de quatro bilhões e vinte e cinco milhões do Banestado, e que o governo deu algumas ações a mais à Copel nesse contrato de assunção e que, evidentemente, é preciso que todos os senhores parlamentares tomem

conhecimento do assunto maior da economia do nosso Estado.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Herma Brandão**)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Consulta às Lideranças do: PL, PSC, PSL, PDT, PT, PPB, PMDB, PFL, PSB, PTB, PPS, Liderança de Oposição, Liderança do Governo.

**(Todas Declinam)**

O SR. PRESIDENTE (**Herma Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Orlando Pesutti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

**ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 432/2002, de autoria do deputado Cezar Silvestri, que acrescenta inciso ao artigo 14, da Lei nº 11580 de 14/11/96, que dispõe sobre o ICMS. **Aprovado. (Publ. no DA nº 080/2002, de 12/06/2002).**

**ITEM 02**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 503/2002, de autoria do Tribunal de Contas, que cria cargos na estrutura do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL**

**PROJETO DE LEI Nº 503/2002**

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Ficam criados, na estrutura do Quadro de Pessoal Efetivo do Tribunal de Contas, 06 (seis) cargos de analista de sistemas, AS-E01; 06 (seis) cargos de técnico de controle contábil, TCC-E01; 02 (dois) cargos de assessor de engenharia AE-E01; 02 (dois) cargos de assessor de comunicação, AC-D01; 01 (um) cargo de

simbologia DAS-02, de assessor administrativo da Presidência, conforme estabelecidos nos anexos I e II.

Art. 2º - Ficam mantidos os atuais ocupantes de cargos efetivos que trata o artigo 6º, da Lei nº 13.435, de 09 de janeiro de 2002.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Tribunal de Contas.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 25.11.2002.

(a) ALGACI TULIO - Presidente e Relator

#### ANEXO I CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

Grupo Ocupacional Atividades de Assess. de Nível Superior		
	Inicial	Final
Analista de Sistema	E01	G11
Assessor de Engenharia	E01	G11
Assessor Jurídico	E01	G11
Técnico de Controle Administrativo	E01	G11
Técnico de Controle Contábil	E01	G11
Técnico de Controle Econômico	E01	G11
Técnico de Controle Atuarial	E01	G11
Revisor Assistente	D01	F10
Assessor de Comunicação	D01	F10
Bibliotecário	D01	F10
Médico	D01	F10
Odontólogo	D01	F10
Psicólogo	D01	F10
Assistente Social	D01	F10

#### ANEXO II CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Nome	Simbologia
Assessor Administrativo da Presidência	DAS-2

#### ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 564/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que acrescenta alíneas “Q” e “R” ao inciso II, do artigo 14, da lei nº 11.580 de 14 de novembro de 1996. (ICMS). **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL PROJETO DE LEI Nº 564/2002 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam acrescidas alíneas “q”, “r” e “s” ao inciso II, do artigo 14, da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, com as seguintes redações:

“Art. 14 - ...

II - ...

...

q) produtos classificados na Nomenclatura Brasileira de Mercadorias: códigos 4410 (painéis de partículas e painéis semelhantes de madeira ou de outras matérias lenhosas, mesmo aglomeradas com resinas ou com outros aglutinantes orgânicos) e 4411 (painéis de fibras de madeira ou de outras matérias lenhosas, mesmo aglomeradas com resinas ou com outros aglutinantes orgânicos);

r) produtos classificados na Nomenclatura Brasileira de Mercadorias: códigos 3909.50.29 (blocos de espuma); 3916.20.00 (perfis de polímeros de cloreto de vinila); 3917 (tubos e seus acessórios); 3920 (outras chapas, folhas, películas, tiras e lâminas de plásticos não alveolares) e 3923 (artigos de transportes ou de embalagem, de plásticos; rolhas, tampas, cápsulas e outros dispositivos para fechar recipientes, de plásticos).

s) produto classificado na Nomenclatura Brasileira de Mercadorias: códigos 2522.10.00.2522.20.00.2522.30.00 (cal destinada à construção civil).”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27.11.2002.

(a) ALGACI TULIO - Presidente e Relator

#### ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 660/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 046/2002, que autoriza o Poder Executivo a firmar Convênio de Cooperação Técnica não Reembolsável no valor de US\$ 750.000,00 com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, para complementação do Programa de Sistemas de Transporte Urbano Sustentável no Paraná. **Aprovado. (Publ. no DA nº 129/2002, de 21/10/2002 - Mens.)**

#### REDAÇÃO FINAL PROJETO DE LEI Nº 660/2002 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar Convênio de Cooperação Técnica não Reembolsável no valor de US\$ 750.000,00 com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, para implementação do Pro-

grama de Sistemas de Transporte Urbano Sustentável no Paraná.

Art. 2º - Os recursos oriundos do Banco Internacional de Desenvolvimento - BID, bem como os resultados de suas aplicações integrarão o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU, na forma da Lei nº 8.917, de 15 de dezembro de 1988.

Art. 3º - Fica ainda, o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais respectivos, até o valor conveniado com base nesta lei, para atendimento das despesas com as suas aplicações.

Parágrafo Único - Os recursos para abertura dos créditos adicionais de que trata este artigo serão os provenientes do Convênio a ser celebrado entre o Estado do Paraná e o BID.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27.11.2002.

(a) ALGACI TULIO - Presidente e Relator

#### ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 675/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres/APM, da Escola Municipal Independência - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Boa Esperança. **Aprovado. (Publ. no DA nº 132/2002, de 29/10/2002).**

#### ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 597/2001, de autoria do deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no município de Flórida. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Aprovada a emenda.**

#### ITEM 07

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 383/2002, de autoria do deputado Tony Garcia, que institui o Dia do Técnico de Segurança do Trabalho e a Semana de Prevenção de Acidentes e Saúde do Trabalhador, a semana que compreender o dia 27 de novembro. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Aprovada a emenda.**

#### ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 042/2002, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça, que cria o Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná (Lei nº 11.455/96), os cargos de provimento em comissão e os

cargos de provimento efetivo, conforme especifica. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF.**

Sobre o referido projeto, emenda modificativa de Plenário, de autoria da senhora deputada Luciana Rafagnin, nos seguintes termos:

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 042/2002

Modifica o inciso I do artigo 1º do Projeto de Lei nº 042/2002.

“Art. 1º -.....

I - 96 (noventa e seis) cargos de provimento efetivo, de Assessor Jurídico, privativos de bacharéis em Direito, para o desempenho da função de auxiliar das Procuradorias de Justiça, Cível e Criminal, e dos Centros de Apoio Operacional de atividade funcional do Ministério Público.”

Sala das Sessões, em 03.12.2002

(a) LUCIANA RAFAGNIN

Apoiamento:

Edson Strapasson, Hermes Fonseca, Nereu Moura e Augustinho Zucchi.

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição de autoria da Procuradoria Geral de Justiça prevê a criação de 96 (noventa e seis) cargos de Assessores Jurídicos, a qual é plenamente justificada pelo aumento das demandas atribuídas ao Ministério Público, a partir da Lei Complementar Federal 40/81, da Lei Federal 7.347/85 e principalmente as intensas atribuições trazidas pela promulgação da Constituição Federal de 1988.

Justifica-se tão quanto à necessidade da ampliação do quadro de Assessores Jurídicos, a necessidade da realização do devido Concurso Público para a contratação dos Assessores Jurídicos e o preenchimento das vagas a serem disponibilizadas com a aprovação da presente proposição. Trata-se de cargos para trabalhos técnicos, portanto não se faz jus os cargos serem de confiança de provimento em comissão.

**O projeto será encaminhado à CCJ.**

#### ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 043/2002, autoria da Procuradoria Geral de Justiça, cria 02 cargos de Procurador de Justiça e 12 de Promotor de Justiça, Substituto em Segundo Grau. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. Aprovado.**

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta mesa defere e fará a verificação de votação.

O SR. ADEMAR TRAIANO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, requeiro chamada nominal.



O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a chamada nominal dos senhores Parlamentares.

Solicito ao 1º Secretário, a chamada nominal dos senhores parlamentares.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nelson Garcia**)

**Procede a chamada nominal dos senhores deputados.**

O SR. ADEMAR TRAIANO (**Pela Ordem**)

Desisto da chamada nominal, de vez que já temos quórum suficiente, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Senhores deputados que aprovam o Projeto de Lei nº 043/2002, permaneçam como estão. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 405/2002, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que institui o Sistema Paranaense de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bubalina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E CSP. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 618/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a compensar os débitos decorrentes de ativos do Banestado. Pareceres Favoráveis da CCJ E CF. SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, de autoria de diversos senhores deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

#### EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 618/2002

Substitua-se a redação do Artigo 1º, do Projeto de Lei nº 618/2002, de autoria do deputado Estadual Hermas Brandão, passando a ter a seguinte redação:

“Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo Estadual, depois de prévia análise e pareceres favoráveis da Agência de Fomento do Paraná S/A e do Comitê de Gestão e Controle, de que trata o Decreto nº 3.764, de 23.03.2001, a compensar os débitos decorrentes de ativos adquiridos pelo Estado do Paraná, do Banco do Estado do Paraná S/A, por força do Contrato e abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ações sob condição, celebrado em 30 de junho de 1998, entre a União e o Estado do Paraná, com a interveniência do Banco do Estado do Paraná S/A e do Banco Central do Brasil, com precatórios, contra a Fazenda Pública Estadual e suas autarquias, pendentes de pagamento”.

Sala das Sessões, em 03.12.2002

(a) EDSON STRAPASON

Apoiamento:

Luciana Rafagnin, Eli Ghellere, Hermes Fonseca, Renato Gaúcho.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO

Modifique-se a redação do artigo 2º do Projeto de Lei nº 618/2002, de autoria do deputado estadual Hermas Brandão, passando a ter a seguinte redação:

“Art. 2º - O requerimento para compensação será protocolado na Agência de Fomento do Paraná S/A, gestora dos ativos do Estado do Paraná descritos no artigo anterior e sujeitar-se-á a exame de admissibilidade pela Procuradoria Geral do Estado, a qual deverá deliberá-lo fundamentando sua decisão, em até 30 (trinta) dias contados desse protocolo”.

Sala das Sessões, em 03.12.2002

(a) EDSON STRAPASSON

Apoiamento:

Algaci Túlio, Edson Strapasson, Hermes Fonseca, Renato Gaúcho e 1 ilegível.

#### EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO

Substituta-se a redação do artigo 3º, *caput* do Projeto de Lei nº 618/2002, de autoria do deputado estadual Hermas Brandão, passando a ter a seguinte redação:

“Art. 3º - O pedido de compensação, será previamente analisado pela Agência de Fomento do Paraná S/A, e pelo Comitê de Gestão e Controle, criado pelo Decreto nº 3.764, de 23 de março de 2001, para, depois de analisado ser publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná, a fim de que se dê publicidade ao ato e se possibilite sua revisão, que deverá ser requerida até quinze dias da publicação das decisões, cuja deliberação será feita uma única vez, em caráter definitivo, pelo Conselho de Contribuintes da Secretaria da Fazenda do Governo do Paraná”.

Sala das Sessões, em 03.12.2002

(a) EDSON STRAPASSON

Apoiamento:

Hermes Fonseca, Renato Gaúcho, Algaci Tulio e 1 ilegível.

#### EMENDA SUBSTITUTIVA À EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AOS PROJETOS DE LEI NºS 618/2002 E 628/20002

A Emenda Substitutiva Geral aos Projetos de Leis nºs 618/2002 e 628/2002, passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a compensar os débitos decorrentes de ativos adquiridos pelo Estado do Paraná, do Banco do Estado do Paraná S/A, por força do contrato e abertura de crédito e de compra e venda de ações sob condição, celebrando em 30 de junho de 1998, entre a União e o Estado do Paraná, com a interve-

niência do Banco do Estado do Paraná S/A e do Banco Central do Brasil, com precatórios, contra a Fazenda Pública Estadual e suas autarquias, pedentes de pagamento.

§ 1º - O precatório, para fins de compensação, deverá ser expedido, processado e registrado pelo Tribunal competente, não podendo sobre o mesmo haver pendência de recurso judicial.

§ 2º - O valor do precatório será atualizado monetariamente e haverá a incidência de juros até a compensação, respeitando-se os critérios da sentença judicial.

§ 3º - Para efeitos desta Lei, o precatório, a critério de seu titular ou sucessor nos termos da lei civil, poderá ser cedido, por instrumento público, integral ou parcialmente, a terceiros detentores de débitos para com o Estado do Paraná, advindos do contrato referido no *caput* deste artigo.

§ 4º - Não se exigirá caução ou garantia do cessionário, ou do cedente, como condição para o deferimento do pedido de compensação.

§ 5º - Deferido o pedido de compensação, será exigido do cessionário, certidão contendo a homologação judicial da cessão de crédito.

Art. 2º - O requerimento para compensação será processado na Agência de Fomento do Paraná S/A, gestora dos ativos do Estado do Paraná descritos no artigo anterior e sujeitar-se-á a exame de admissibilidade pela Procuradoria Geral do Estado, a qual poderá, em até 5 (cinco) dias contados desse protocolo, indeferir-lo fundamentadamente.

Art. 3º - O pedido de compensação, será posteriormente analisado pelo Agência de Fomento do Paraná S/A, com posterior encaminhamento ao Comitê de Gestão e Controle, criado pelo Decreto nº 3.764, de 23 de março de 2001, para apreciação e aprovação e posterior encaminhamento para homologação da decisão aos órgãos competentes.

Parágrafo Único - Para efeito de atualização dos valores das dívidas, serão usados os parâmetros estabelecidos pelos Decretos nºs 3.764/2001 e 5.100, de 05 de dezembro de 2001.

Art. 4º - A extinção dos débitos pela compensação, realizada na forma desta lei, não dispensará o executado do pagamento das despesas processuais e tão pouco dos honorários advocatícios devidos, se for o caso, devendo a análise e decisão serem definidas pelo Comitê de Gestão e Controle.

Art. 5º - A compensação, nos termos desta lei, não será considerada para efeitos de repasse de valores para a União, uma forma de arrecadação de valores.

Art. 6º - A Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná observará, para fins de compensação, a ordem

cronológica de apresentação dos precatórios, bem como as eventuais reduções de valores compensados na forma desta lei.

Art. 7º - O direito de compensação restringir-se-á aos requerimentos protocolados junto à Agência de Fomento do Paraná S/A, até 90 (noventa) dias a partir da publicação desta lei.

Art. 8º - Para fins desta lei, fica autorizada a assunção, pela Fazenda do Estado, de créditos contra suas autarquias.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.12.2002.

(a) NEREU MOURA

Apoioamento:

Caíto Quintana, Algaci Tulio, Neivo Beraldin, Augustinho Zucchi.

#### SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO AO PROJETOS DE LEI NºS 618/2002 E 628/20002

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a compensar os débitos decorrentes de contratos de financiamento com o Fundo de Desenvolvimento do Estado - FDE, pendentes de pagamento e de ativos adquiridos pelo Estado do Paraná, do Banco do Estado do Paraná S/A, por força do contrato e abertura de crédito e de compra e venda de ações sob condição, celebrando em 30 de junho de 1998, entre a União e o Estado do Paraná, com a interveniência do Banco do Estado do Paraná S/A e do Banco Central do Brasil, com precatórios, contra a Fazenda Pública Estadual e suas autarquias, pendentes de pagamento.

§ 1º - O precatório, para fins de compensação, deverá ser expedido, processado, deferido e registrado pelo Tribunal competente, não podendo sobre o mesmo haver pendência de recurso judicial.

§ 2º - O valor do precatório será atualizado monetariamente e haverá a incidência de juros até 1º de julho do exercício em que o precatório foi deferido, respeitando-se os critérios da sentença judicial.

§ 3º - Para efeitos desta Lei, o precatório, a critério de seu titular ou sucessor nos termos da lei civil, poderá ser cedido, por instrumento público, integral ou parcialmente, a terceiros detentores de débitos para com o Estado do Paraná, advindos do contrato referido no artigo 1º desta lei.

§ 4º - Não se exigirá caução ou garantia do cessionário, ou do cedente, como condição para o deferimento do pedido de compensação.

§ 5º - Deferido o pedido de compensação, o titular do precatório ou cessionário, no prazo de 5 (cinco) dias, requererá no juízo da execução, sob pena de revogação, a

substituição processual pela Agência de Fomento do Paraná S/A até o valor compensado.

Art. 2º - O requerimento para compensação será protocolado na Agência de Fomento do Paraná S/A, gestora dos ativos do Estado do Paraná descritos no artigo anterior e sujeitar-se-á a exame de admissibilidade pela Procuradoria Geral do Estado, a qual poderá em até (cinco) dias contados desse protocolo, indeferir-lo fundamentadamente.

Art. 3º - O pedido de compensação, será posteriormente analisado pela Agência de Fomento do Paraná S/A, com posterior encaminhamento ao Comitê de Gestão e Controle, criado pelo Decreto nº 3.764, de 23 de março de 2001, para apreciação e aprovação e posterior encaminhamento para homologação da decisão aos órgãos competentes.

§ 1º - Para efeito de atualização dos valores das dívidas, serão usados os parâmetros estabelecidos pelos Decretos nºs 3.764, de 23 de março de 2001 e 5.100 de 05 de dezembro de 2001.

§ 2º - A compensação com a utilização de precatórios fica limitada a 90% (noventa por cento) do valor atualizado da dívida.

Art. 4º - A extinção dos débitos pela compensação, realizada na forma desta lei, não dispensará o executado do pagamento das despesas processuais e tampouco dos honorários advocatícios devidos, se for o caso, devendo a análise e decisão serem definidas pelo Comitê de Gestão e Controle.

Art. 5º - A compensação, nos termos desta lei, não será considerada para efeitos de repasse de valores para a União, uma forma de arrecadação de valores.

Art. 6º - A Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná observará, para fins de assentamentos contábeis da compensação (artigo 934 do Código Civil), a ordem cronológica de apresentação dos precatórios, bem como as eventuais reduções de valores compensados (artigo 1009 do Código Civil) na forma desta lei, ficando o devedor, entretanto, quite com a obrigação compensada.

Art. 7º - O direito de compensação restringir-se-á aos requerimentos protocolados junto à Agência de Fomento do Paraná S/A, até 90 (noventa) dias a partir da publicação desta lei.

Art. 8º - Para fins desta lei, fica autorizada a assunção, pela Fazenda do Estado, de créditos contra suas autarquias.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.12.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoiamento:

Divanir Braz Palma, Luiz Carlos Martins, Ademar Traiano, Nelson Garcia.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, pela ordem.

Sobre este projeto, senhor presidente, de autoria de V. Exa., existe uma formalidade técnica que não está correta porque existe um outro projeto do governador Jaime Lerner que tem exatamente o mesmo conteúdo.

O governador Jaime Lerner copiou a proposta de V. Exa. e tem o mesmo conteúdo.

Na verdade, o projeto deveria ser anexado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Já estão anexados.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, pela ordem.

Com o pedido de palavra do deputado Nereu Moura, eu não entendi! V. Exa. remeteu o Projeto nº 618/2002 para que voltasse à Comissão?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Porque há diversas emendas apresentadas em Plenário.

**Então, nós devolvemos à Comissão de Constituição e Justiça.**

O SR. NEIVO BERALDIN

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

## ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 286/2000, de autoria do deputado Antonio Anibelli, que autoriza o Poder Executivo a proibir em todo o território do Estado do Paraná, as óticas de venderem lentes de contato, coloridas ou de grau, sem apresentação da receita de médico oftalmologista. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E CSP. EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 115/2000, de 30/08/2000)**

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 286/2000

### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Antonio Anibelli, visa autorizar o Poder Executivo a proibir em todo território do Estado do Paraná, as óticas de venderem lentes de contato coloridas ou de grau sem a apresentação da receita do médico oftalmologista.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável, na forma das emendas anexas.

Sala das Comissões, em 17.10.2000.  
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA MODIFICATIVA AO  
PROJETO DE LEI Nº 286/2000

O artigo 3º do projeto de lei passa a ser o artigo 2º, com a seguinte redação:

“Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário”.

Sala das Sessões, em 17.10.2000.  
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
NEREU MOURA - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari, Marcos Isfer, Hermes Fonseca, Cesar Seleme, Antonio Carlos Belinati, Algaci Tulio, Serafina Carrilho e Pastor Edson Praczyk.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA RESTRITIVA AO  
PROJETO DE LEI Nº 286/2000

Revoga-se o artigo 2º do supracitado projeto.  
Sala das Sessões, em 17.10.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
NEREU MOURA - Relator

Apoiamento: Marcos Isfer.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 286/2000

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 286/2000, de autoria do deputado Antonio Anibelli, autoriza o Poder Executivo a proibir, em todo o território do Estado do Paraná, as óticas de vender lentes de contato, coloridas ou de grau, sem a apresentação da receita de médico oftalmologista.

A Comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável à matéria, com duas emendas.

Trata-se de projeto autorizatório, isto é, não tem força normativa impondo obrigação ao Poder Executivo.

Isto posto, emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 286/2000, com a subemenda anexa.

Sala das Sessões, em 18.11.2002.  
(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente  
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA  
SUBEMENDA SUPRESSIVA À  
EMENDA MODIFICATIVA APRESENTADA NA  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 286/2000

A Emenda Modificativa apresentada na Comissão de Constituição e Justiça, ao Projeto de Lei nº 286/2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“O artigo 3º do Projeto de Lei nº 286/2000, fica reenumerado para artigo 2º, com a seguinte redação:”.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 11.11.2002.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente  
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de adequação da emenda aposta ao projeto de lei aos termos da Lei Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. O artigo 3º da referida legislação dispõe que a cláusula de revogação só pode ser utilizada quando couber, isto é, deve indicar qual a legislação revogada.

Prescreve o artigo 8º da Lei Federal 95/98 que: “a vigência da lei será indicada de forma expressa e de modo a contemplar prazo razoável para que dela se tenha amplo conhecimento, reservada a cláusula ‘entra’ em vigor na data de sua publicação” para as leis de pequena repercussão (grifo nosso - e não “entrará”).

Dispõe o artigo 9º - “Quando necessária a cláusula de revogação, esta deverá indicar expressamente as leis ou disposições legais revogadas”.

**ITEM 13**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 692/2001, de autoria do deputado Ademir Bier, que autoriza o Poder Executivo a incluir a Feira do Esporte, nas comemorações anuais da Semana da Cultura e do Esporte. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. **Aprovado. (Publ. no DA nº 190/2001, de 10/12/2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 692/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do deputado Ademir Bier, autoriza o Poder Executivo a iniciar a Feira do Esporte, nas comemorações anuais da Semana da Cultura e do Esporte.

Tal iniciativa visa incrementar a formação de futuros atletas nos municípios paranaenses.

Chamada esta Comissão a manifestar-se, nada encontrou que pudesse impedir o trâmite deste projeto nas demais Comissões desta Casa.

Portanto, nosso parecer é favorável à discussão e votação da proposição.

Sala das Comissões, em 12.03.2002.  
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
SÉRGIO SPADA - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA E ESPORTES  
PROJETO DE LEI Nº 692/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em epígrafe, de autoria do deputado Ademir Bier, autoriza o Poder Executivo a ini-

ciar a Feira do Esporte, nas comemorações anuais da Semana da Cultura e do Esporte.

Chamada esta Comissão a se manifestar, concluímos pelo parecer favorável à discussão e votação da proposição.

Sala das Comissões, em 26.11.2002.

(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

#### ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 073/2002, que autoriza o Poder Executivo a isentar do pagamento da taxa de emissão da 1ª via da cédula de identidade, os alunos da rede pública de ensino estadual e municipal. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. COM EMENDA DA CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 007/2002, de 27.02.2002).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 073/2002

##### P A R E C E R :

A proposição em exame é de autoria do nobre senhor deputado Fernando Guimarães e objetiva autorizar o Poder Executivo Estadual a isentar do pagamento da taxa de emissão da primeira via da cédula de identidade, os alunos da rede pública de ensino estadual e municipal, na forma em que especifica.

Procedida a análise jurídico-legislativa, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação da proposta até receber a deliberação do soberano Plenário, conotando-se o caráter autorizatório do Projeto de Lei.

Em sendo assim, esta Comissão de Constituição e Justiça, manifesta-se favoravelmente ao projeto de lei em epígrafe, opinando pela sua aprovação.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 16.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 073/2002

##### Relatório

De autoria do deputado Fernando Guimarães, o presente projeto autoriza o Poder Executivo a isentar o pagamento da taxa de emissão da primeira via da cédula de identidade aos alunos da rede pública estadual e municipal.

##### Fundamentação

O projeto em tela foi analisado em seus aspectos constitucionais e legais pela Comissão de Constituição e Justiça que nada encontrou que impedisse a normal tramitação da proposta, ressaltando o seu caráter autorizatório.

Contudo, entende esta Relatoria haver necessidade de apresentação de Emenda Supressiva, retirando do artigo 1º e da Súmula do projeto a expressão “muni-

pal”. Isto, devido ao fato de um projeto de lei estadual não poder tratar de matéria de cunho que seja de interesse próprio de município. A rede pública de ensino municipal é da competência dos municípios e não dos Estados. Uma lei estadual não pode regulamentar assunto de interesse municipal, sem ferir o Princípio Federativo, consagrado no artigo 18 da Constituição Federal, que reza da autonomia dos entes federativos dentro da República do Brasil. Pela Magna Carta, a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal não podem interferir na competência um do outro, salvo nos casos expressamente descrito e permitidos. Assim, para que realmente possa não haver empecilho na aprovação do projeto, entende este relator apresentar Emenda Supressiva em anexo.

##### Conclusão

No que compete a esta Comissão se manifestar, em conformidade com o § 3º do artigo 33, do Regimento Interno desta Casa, é o nosso parecer favorável, na forma da emenda supressiva em anexo.

Sala das Comissões, em 14.10.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 073/2002

Art. 1º - Fica excluída da súmula e do artigo 1º a expressão “municipal”.

Sala das Comissões, em 14.10.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

#### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES PROJETO DE LEI Nº 073/2002

##### P A R E C E R :

O plano de lei em apreço, de autoria do nobre senhor deputado Fernando Guimarães, objetiva autorizar o Poder Executivo Estadual a isentar do pagamento da taxa de emissão da primeira via da cédula de identidade, os alunos da rede pública de ensino estadual e municipal.

A matéria já foi objeto de análise das doudas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, recebendo pareceres favoráveis de ambas, com ressalva da segunda, que sugeriu a supressão da expressão municipal do texto da proposição, pelos motivos que especifica.

No que tange ao âmbito restrito desta Comissão, ou seja, análise de mérito, verifica-se que o projeto é de significativo alcance social, pelas finalidades colimadas, conforme justifica o autor, tais sejam, possibilitar a todos os menores carentes, matriculados na rede oficial de ensino, seja municipal e estadual, a obtenção de sua Cédula de Identidade, sendo desnecessário reprisar aqui a importância que a medida representa no cotidiano dos

menores, aliás, tão bem explicitada na justificativa do projeto.

Entende, ainda, esta Comissão, que nenhuma ingerência do Estado incide sobre assuntos municipais no presente caso, uma vez que proposta objetiva atingir menores estudantes, tanto faz que matriculados em escolas estaduais ou municipais.

Isto posto, o parecer é favorável, opinando pela aprovação do Projeto de Lei nº 73/2002, na forma em que se apresenta.

Sala das Comissões, em 26.11.2002.

(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente  
WALDYR PUGLIESI - Relator

## ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 103/2002, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que denomina Rodovia Estadual Prefeito Setembrino Thomazi e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 015/2002, de 11.03.2002).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 103/2002

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Luiz Fernandes Litro, visa denominar de Rodovia Estadual Prefeito Setembrino Thomazi, o trecho da estrada entre o perímetro urbano de Nova Prata do Iguaçu até a Barragem da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias.

Chamada esta comissão a se manifestar, vez que nos foi encaminhada resposta de diligência solicitada à Secretaria de Estado dos Transportes, somos de parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 103/2002

#### P A R E C E R :

De autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, o projeto de lei em questão, objetiva denominar Rodovia Estadual Prefeito Setembrino Thomazi, o trecho da estrada estadual, entre o perímetro urbano de Nova Prata do Iguaçu até a Barragem da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias.

Estudado pela Comissão de Constituição e Justiça, quanto aos seus requisitos constitucionais nada encontrou, pois de acordo diligência realizada junto à Secretaria de Estado dos Transportes, este trecho não consta como denominado; sendo analisado pela Comissão de obras quanto ao aspecto meritório, achou ser justa a apro-

vação do mesmo, pois, tal denominação, nada mais é do que o reconhecimento da população, à dedicação à vida pública, sendo assim devendo permanecer na memória do povo do sudoeste do Paraná.

Portanto, opinou favorável pois o objetivo da proposição por si só justifica plenamente a medida tomada.

Sala das Comissões, em 27.11.2002.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

## O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Ainda sobre o item nº 11 da pauta. V. Exa. disse que encerrou a discussão sobre a matéria, mas como foi apresentada emenda não encerra-se, conforme o artigo 159 do Regimento Interno, não encerra-se a discussão, senhor presidente.

## O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Quero informar V. Exa. mesmo sendo matéria vencida, porque nós já discutimos isso quando da apresentação do projeto. O artigo 159 fala o seguinte: “Antes de ser iniciada a discussão e um projeto, será permitido o seu adiamento, que não excederá a dez Sessões e por uma única vez, mediante requerimento escrito e assinado por deputado.

§ 1º - Ao projeto em Regime de Urgência não será admitido conceder adiamento.

§ 2º - Quando para a mesma proposição forem apresentados dois ou mais Requerimentos, será votado em primeiro lugar o de prazo mais longo”.

## O SR. NEREU MOURA

Pois é! Não foi encerrada a discussão da matéria, porque nós apresentamos Emendas. Nós podemos discutir as emendas, discutir...

## O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Quando se apresenta Emendas, nobre deputado, em 2ª votação, sempre se encerra a discussão para não ser possibilitado a apresentação de novas emendas posteriormente.

## ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 111/2002, de autoria do deputado Ricardo Maia, que torna obrigatória a inclusão, no ensino público e particular, como conteúdo do ensino fundamental e médio da disciplina de “Prevenção ao uso e/ou abuso de tóxicos ou de substâncias causadoras de dependência química ou física”. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CECE E CSP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 016/2002, de 12/03/2002).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 111/2002

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei autoria do senhor deputado Ricardo Maia, tem por objetivo tornar obrigatória a

inclusão, no ensino público e particular, como conteúdo do ensino fundamental e médio da disciplina de “Prevenção ao uso e/ou abuso de tóxicos ou de substâncias causadoras de dependência química ou física”.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 25.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA E ESPORTES  
PROJETO DE LEI Nº 111/2002

#### P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 111/2002, de autoria do deputado Ricardo Maia, torna obrigatória a inclusão, no ensino público e particular, como conteúdo do ensino fundamental e médio da disciplina de “Prevenção ao uso e/ou abuso de tóxicos ou de substâncias causadoras de dependência química ou física”.

A Comissão de Constituição e Justiça emitiu parecer favorável.

Oficiada a Secretaria de Estado da Educação, esta emitiu parecer contrário alegando que a matéria não pode ser objeto de disciplina específica, pois já faz parte integral do currículo como Tema Transversal.

Todavia, não se pode concordar com a posição adotada pela Secretaria de Estado de Educação, vez que o consumo de drogas é um dos malefícios mais cruéis enfrentados pela nossa sociedade, sendo um problema pertencente às esferas da saúde e segurança públicas.

Há que se dizer que sem o usuário de entorpecentes não há como se sustentar o tráfico de drogas e todos os problemas sociais dele decorrentes, como hoje por exemplo são enfrentados pelo Estado do Rio de Janeiro.

Há que se destacar que as escolas particulares estão avançando no ensino preventivo com relação ao uso de entorpecentes, sendo visíveis os resultados, motivo pelo qual não se pode privar os estudantes da rede pública da mesma orientação.

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação.

Sala das Comissões, em 05.12.2002.

(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 111/2002

#### P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 111/2002, de autoria do deputado Ricardo Maia, torna obrigatória a inclusão, no ensino público e particular, como conteúdo do ensino

fundamental e médio da disciplina de “Prevenção ao uso e/ou abuso de tóxicos ou de substâncias causadoras de dependência química ou física”.

A matéria recebeu pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Educação, Cultura e Esportes.

A Secretaria de Estado da Educação, emitiu parecer contrário ao projeto, considerando a existência desse assunto como tema transversal.

O consumo de tóxicos tornou obrigatório na formação dos alunos, devido a proporção que as organizações produtoras e distribuidoras dessas substâncias tomaram na sociedade. O narcotráfico sustenta a violência que tanto assusta os brasileiros.

É essencial que as escolas mantenham o assunto vivo como forma de orientar os alunos, para que estes não se envolvam nessa cadeia de dependência e violência, abalando as estruturas familiares.

Isto posto, emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 111/2002.

Sala das Comissões, em 11.11.2002.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

#### ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 281/2002, de autoria dos deputados Augustinho Zucchi e Valdir Rossoni, que autoriza o Poder Executivo a denominar “Luiz Ruaro” a ponte sobre o Rio Chopin, que liga o município de Honório Serpa ao município de Pato Branco. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 054/2002, de 06/05/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 281/2002

#### P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei nº 281/2002, de autoria dos deputados Augustinho Zucchi e Valdir Rossoni, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a denominar “Luiz Ruaro” a ponte sobre o Rio Chopin, que liga o município de Honório Serpa ao município de Pato Branco.

Chamada esta Comissão a se manifestar, entendemos que a matéria em tela, deveria ser convertida em diligência junto ao Departamento de Estradas e Rodagem, com a finalidade de informar a esta Casa de Leis aspectos tais como:

a) Nome e número da rodovia na qual está situada a referida ponte.

b) Se já existe denominação para a ponte em questão.

Após a realização da citada diligência, fomos informados através do Ofício nº 410/2002, do senhor secretário de Estado dos Transportes e do Ofício nº 45/2002, do senhor diretor-geral do Departamento de Estradas e Rodagem (ambos em anexo), que a referida

ponte não possui denominação, podendo o presente projeto de lei ter prosseguimento.

Desta forma o nosso parecer é favorável a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.09.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ORLANDO PESSUTI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI Nº 281/2002

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria dos deputados Augustinho Zucchi e Valdir Rossoni, propõe a denominação de “Luiz Ruaro” para ponte sobre o Rio Chopin, que liga o município de Honório Serpa ao município de Pato Branco.

Chamada esta comissão a se manifestar, nada encontramos que pudesse obstar à tramitação do projeto pelas demais comissões desta Casa.

Diante do exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela aprovação do projeto em tela.

Sala das Comissões, em 27.11.2002.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

SÉRGIO SPADA - Relator

## ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 287/2002, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que autoriza o Poder Executivo a tornar obrigatório a realização do teste de acuidade visual e auditiva na rede pública estadual de ensino e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF, CECE E CSP. COM EMENDA DA CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 055/2002, de 07/05/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 287/2002

**P A R E C E R :**

### Relatório

De autoria da deputada Luciana Rafagnin, o presente projeto de lei autoriza o Poder Executivo a tornar obrigatório a realização do teste de acuidade visual e auditiva na rede pública estadual de ensino.

### Fundamentação

Chamada esta Comissão a opinar, entende que a realização do teste de acuidade visual e auditiva na rede pública estadual de ensino, irá prevenir a dificuldade de aprendizagem, indiferença e isolamento do alunos, nas escolas.

Outrossim, ao ser detectado o distúrbio de acuidade visual ou auditiva, o aluno será encaminhado para o respectivo tratamento da patologia nas crianças, evitando assim, o agravamento na fase adulta.

## Conclusão

Procedida a análise, concluímos que inexistente qualquer óbice de natureza constitucional, legal e regimental, encontrando-se a referida matéria, em condições de prosseguir sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Diante do exposto, manifestamos nosso parecer favorável, opinando-se pela aprovação do presente projeto de lei. É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 287/2002

**P A R E C E R :**

O projeto de lei em análise, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que objetiva autorizar o Poder Executivo a tornar obrigatória a realização do teste de acuidade visual e auditiva para todos os estudantes da Rede Pública Estadual de Ensino de 1º e 2º graus.

A Comissão de Constituição e Justiça posicionou-se favoravelmente à aprovação do projeto em tela.

No que compete a esta Comissão se manifestar, opinamos pela apresentação da emenda Modificativa em anexo, em respeito ao Ofício nº 1108/2002, datado de 18 de junho do corrente ano, encaminhado a esta Casa pela Secretaria de Estado da Saúde.

Assim sendo, é o parecer favorável, na forma da emenda modificativa em apenso.

Sala das Comissões, em 14.10.2002

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

NEIVO BERALDIN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
EMENDA MODIFICATIVA  
AO PROJETO DE LEI Nº 287/2002

Art. 1º - Dá nova redação ao artigo 2º do Projeto de Lei que passa a ser a seguinte:

“Art. 2º - Os testes referidos no artigo anterior serão realizados gratuita e anualmente em todos os estudantes matriculados nas Escolas Públicas Estaduais de 1º e 2º Graus.

§ 1º - A aplicação do referido teste deverá ser conduzida por professores do estabelecimento de ensino ou por outros funcionários da Rede Pública de Ensino.

§ 2º - Os alunos que apresentarem distúrbios de acuidade visual e/ou auditiva serão encaminhados para consulta, ao Sistema Único de Saúde-SUS”.

Art. 2º - Ficam suprimidos o artigo 3º e seu parágrafo único, bem como ficam renumerados os artigos posteriores do Projeto de Lei nº 287/2002.

Sala das comissões, em 14.10.2002

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

NEIVO BERALDIN - Relator



Apoiamento:

Duílio Genari e Marcos Isfer.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA E ESPORTES

P A R E C E R :

De autoria da deputada Luciana Rafagnin, o projeto de lei em pauta autoriza o Poder Executivo a tornar obrigatória a realização do teste de acuidade visual e auditiva na Rede Pública Estadual de Ensino e dá outras providências.

O projeto de lei em pauta já recebeu pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa de Leis, bem como da Comissão de Finanças.

Chamada esta Comissão a se manifestar sobre a matéria, reconhecemos na mesma elevado mérito, já que atenta para possíveis causas de baixo rendimento escolar e dificuldade de aprendizagem que poderão ser detectadas já no início da caminhada escolar do aluno, auxiliado na solução do problema com encaminhamento para tratamento apropriado.

Diante do exposto, somos de parecer favorável ao projeto.

Sala das Comissões, em 05.11.2002

(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 287/2002

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 287/2002, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, autoriza o Poder Executivo a tornar obrigatória a realização do teste de acuidade visual e auditiva na Rede Pública Estadual de Ensino, e dá outras providências.

A matéria recebeu pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Educação, Cultura e Esportes.

Recebeu substitutivo da Comissão de Finanças, em conformidade com sugestão da Secretaria de Estado da Saúde.

Trata-se de matéria autorizatória, isto é, não tem o poder normativo que se espera de uma norma jurídica. Apesar dessa fragilidade legislativa, diante da importância do tema, opinamos no sentido de que se corrija, nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, os termos “1º e 2º graus”, que não mais existem, sendo substituídos pelos termos “Ensino Médio”, cuja competência legislativa pode ser atribuída ao Estado.

Isto posto, emitimos parecer favorável a tramitação do Projeto de Lei nº 287/2002, com a emenda anexa.

Sala das Comissões, em 11.11.2002.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA  
EMENDA MODIFICATIVA  
AO PROJETO DE LEI Nº 287/2002

No Projeto de Lei nº 287/2002, e Substitutivo da Comissão de Finanças, onde se lê “1º e 2º graus”, leia-se “Ensino Médio”.

Sala das Comissões, em 11.09.2002

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de adequação do projeto de lei aos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, onde se denomina de forma diferente o antigo 2º grau, hoje Ensino Médio.

ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 333/2002, de autoria do deputado Miltinho Puppio, que autoriza o Poder Executivo a conceder termo de cessão de uso do imóvel que especifica, no município de Califórnia, À APMI - Associação de proteção à Maternidade e Infância desta municipalidade. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 061/2002, de 15.05.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 333/2002

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do deputado Miltinho Pupio, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a conceder Termo de Cessão de Uso, do imóvel da Copel, no município de Califórnia, à APMI - Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, desta municipalidade.

A proposição foi distribuída a esta Comissão de Constituição e Justiça, para que seja examinada quanto aos aspectos constitucionais, legais e jurídicos, nos termos do § 2º, do artigo 33, do Regimento Interno.

Em nossa análise, concluímos que inexistem impedimentos para a tramitação do projeto de lei, ora em análise, opinamos pelo parecer favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 25.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI Nº 333/2002

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 333/2002, de autoria do deputado Miltinho Pupio, autoriza o Poder Executivo a conceder termo de cessão de uso do imóvel que especifica, no município de Califórnia, à APMI - Associação de proteção à Maternidade e Infância de Califórnia.

A matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça em 25 de junho do corrente ano.

Conforme se observa na justificativa, o imóvel está abandonado e a APMI de Califórnia custeará a reforma para poder utilizá-lo.

Isto posto, emitimos nosso parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 333/2002.

Sala das Comissões, em 27.11.2002.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente  
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

## ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 700/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza a construção das Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCH Burro Branco / PCH Foz do Turvo / PCH Pinhalzinho. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CFC E CEMA. (Publ. no DA nº 138/2002, de 11/11/2002)

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 700/2002

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, visa autorizar a construção das Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCH Burro Branco / PCH Foz do Turvo / PCH Pinhalzinho, conforme especifica.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 12.11.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 700/2002

#### P A R E C E R :

De autoria do deputado Hermas Brandão, a proposta legislativa visa autorizar o Poder Executivo a construir as Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCH Burro Branco / PCH Foz do Turvo / PCH Pinhalzinho, localizadas no Rio Areia, entre os municípios de Inácio Martins, Pinhão e Cruz Machado.

O projeto passou pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça, recebendo desta parecer favorável.

No que cabe a esta Comissão se manifestar, a mesma se posiciona favoravelmente à aprovação do projeto em tela, por este ter natureza autorizatória e dispor em seu artigo 2º que encontra-se condicionada a execução da presente medida legislativa ao cumprimento das normas ambientais emanadas do Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

Pelas razões acima expostas, somos pelo parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.11.2002.

(a) ADEMIR BIER - Presidente e Relator

### COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE PROJETO DE LEI Nº 700/2002

#### P A R E C E R :

#### Relatório:

De autoria do deputado Hermas Brandão, o presente plano de lei visa autorizar o Poder Executivo a construir as Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCH Burro Branco, PCH Foz do Turvo e PCH Pinhalzinho, localizadas no Rio Areia, entre os municípios de Inácio Martins, Pinhão e Cruz Machado.

#### Fundamentação:

O presente projeto foi analisado pela Comissão de Constituição e Justiça no tocante a constitucionalidade e legalidade. A mesma posicionou-se pela constitucionalidade da matéria.

A Comissão de Finanças também se posicionou favoravelmente à aprovação da proposta.

O projeto em tela encontra-se substanciado em estudos ambientais realizados pela empresa J. Malucelli Energia, com as principais conclusões e recomendações, assim como, o cronograma e planejamento construtivo. Outrossim, no próprio corpo do projeto encontra-se a disposição de que a execução da medida legislativa proposta ficará condicionada ao cumprimento das normas ambientais exigidas pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

#### Conclusão

Assim sendo, no que compete a esta Comissão se manifestar, opinamos pelo parecer favorável, posto que o projeto de lei em epígrafe é meritório, já que tem por finalidade amenizar a crise de energia elétrica que passa o Estado do Paraná e demais Estados da Federação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.12.2002.

(aa) NEIVO BERALDIN - Presidente e Relator

#### Aprovado.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, peço que registre voto contrário do PT.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Registrado voto contrário do PT.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, na condição de presidente da Comissão de Meio Ambiente, gostaria de comunicar à deputada que votou ontem por falta de estudo de impacto ambiental e dizer que quando se trata de PCH, pequenas hidrelétricas, não há necessidade de estudo de impacto ambiental.

**O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)**

Senhor presidente, só faço um reparo pelo fato que, pelo menos na Ordem do Dia não consta ter passado pela Comissão de Meio Ambiente.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Vou determinar o encaminhamento, então, desses projetos à Comissão de Meio Ambiente. Houve uma falha aqui. O referido projeto passou pela Comissão de Ecologia e Meio Ambiente. Houve uma falha aqui de impressão da assessoria. Volto o projeto à votação.

**A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (Pela Ordem)**

Senhor presidente, eu só queria justificar que nós tivemos na semana passada uma discussão com o MAB - Movimentos dos Atingidos por Barragens, e entendemos, pelo menos esse Movimento, a direção desse Movimento, entende que está prejudicando muitos agricultores, a questão mesmo das construção das pequenas centrais hidrelétricas, porque tem feito com que muitos agricultores sejam forçados a venderem as suas propriedades e saírem das suas residências e saírem da comunidade onde moram.

Então, entendo isso, acredito que precisamos fazer um estudo mais aprofundado, mesmo que sejam pequenas centrais hidrelétricas, mas precisamos fazer um estudo mais aprofundado sobre o que isso está causando à nossa agricultura, principalmente ao pequeno agricultor, ao agricultor familiar e também qual é o resultado que tem com o nosso meio ambiente.

Então, devido a isso, continuamos com o nosso voto contrário.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)****ITEM 21**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 023/2002, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas da Assembléia Legislativa do Paraná, exercício de 2001. **PARECER FAVORÁVEL DA CTC. Aprovado.**

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 023/2002**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**R E S O L V E :**

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas que compõe os demonstrativos e balanços financeiros, orçamentário e patrimonial da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, relativa ao exercício financeiro de 2001.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.11.2002

(a) COMISSÃO DE TOMADAS DE CONTAS

**Apoiamento:**

José Maria Ferreira, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca e Luiz Accorsi.

**COMISSÃO DE TOMADAS DE CONTAS****PROPOSIÇÃO Nº 136/2002****P A R E C E R :**

Encaminhada a esta comissão, a proposição em epígrafe, dando conhecimento das atividades e controle das receitas e despesas Orçamentárias e Extraorçamentárias deste Poder Legislativo, com apuração dos Balances Mensais e Balanço Anual, verificados durante o exercício financeiro de 2001.

Examinando o relatório anual das atividades e Controle das Receitas e Despesas Orçamentárias e a Extraorçamentárias desta Casa e demais peças a ele anexadas, constatamos que o todo encontra-se em conformidade com a legislação em vigor, não restando qualquer dúvida quanto à exatidão das contas prestadas, com méritos à sua aprovação.

Assim sendo, pelo acima exposto, entende este Relator em aprovar a presente proposição.

É o parecer favorável.

Sala das Comissões, em 19.11.2002

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

**ITEM 22**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 026/2002, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos senhores deputados - mês de outubro de 2002, conforme Resolução nº 15 de 19.06.92. **PARECER FAVORÁVEL DA CTC. Aprovado.**

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 026/2002**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**R E S O L V E :**

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento para atender despesas dos senhores deputados, conforme Resolução 15 de 19 de junho de 1992, artigo 14, referente ao mês de outubro de 2002.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.11.2002

(a) COMISSÃO DE TOMADAS DE CONTAS

**Apoiamento:**

José Maria Ferreira, Marcos Isfer, Geraldo Cartário e Luiz Accorsi.

**COMISSÃO DE TOMADAS DE CONTAS****PROPOSIÇÃO Nº 135/2002****P A R E C E R :**

Encaminhada a esta Comissão de Tomadas de Contas, a Proposição nº 136/2002, que trata da prestação

de contas do relatório do movimento de créditos para atender ressarcimento das despesas dos senhores deputados, referentes ao mês de outubro de 2002, regulamentados pelo Resolução nº 15 de 19 de junho de 1992, em seu artigo 14.

Após análise da matéria em tela e o relatório da aplicação para atender essas despesas, achando correção nas referidas contas, dentro das normas de sua regulamentação, atendendo a legislação em vigor, concluo pelo parecer favorável aprovado.

Assim sendo, entende este relator pela aprovação da presente proposição.

É o parecer favorável - aprovado.

Sala das Comissões, em 19.11.2002

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (*Pela Ordem*)

Senhor presidente, eu só queria parabenizar o deputado Antonio Anibelli. Estou falando com a alma, V. Exa. não é obrigado a acreditar em mim. V. Exa. toma uma atitude nesta Casa, não na totalidade, tem óticas que temos que respeitar. Mas, a máfia das óticas não respeita o cidadão, não respeita a família, não respeita os nossos filhos. Isso é um crime! Não deve ser projeto autorizatório, é obrigação da Secretaria da Saúde proibir e se flagrar...mandar lacrar a ótica. Isso é um crime, como é um crime a máfia do câncer na capital, eu passo por isso. A máfia do câncer é uma desgraça, é uma violência, teria que dar cadeia, eu passo por isso, e a máfia das óticas também.

Parabéns a V. Exa! Não estarei aqui na próxima legislatura. Mas, a partir do dia 13 de janeiro estarei na rádio e na televisão, com muito orgulho, doa a quem doer; vai ver e ouvir quem tiver coragem. Posso ser processado por opinião, nunca por corrupção. E vou defender o seu projeto e vou defender este parlamento e como tantos outros projetos que vêm ao encontro da família e dos filhos do Paraná. O vosso semblante transmite isso.

Meus parabéns, V. Exa. está defendendo a família e os filhos da minha Bandeira, que é a bandeira do meu Paraná.

Meus parabéns, deputado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 2595 e 2596, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2597, de autoria do deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2598 a 2601 e 2603, de autoria do deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2605 e 2606, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2607, de autoria do deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2608, de autoria do deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 04, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 299 e 556/2002.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 286/2000; 692, 0773, 103, 111, 281, 287, 333, 700/2002; e dos Projetos de Resolução nºs 023 e 026/2002.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 207/2001; 711, 712, 713, 714 e 749/2002; e do Projeto de Resolução nº 030/2002.

Levanta-se a Sessão.